

08 JAN 1991

GAZETA MERCANTIL

GAZETA ME

CASA GR

LEGISLATIVO

Congresso

Líderes dos partidos acham difícil acordo para votar a política salarial

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

O vice-líder do PT, deputado José Genoíno (SP), anunciou ontem que seu partido exigirá o quórum de 248 deputados e 38 senadores para votação de todas as cinco medidas provisórias pautadas para apreciação, durante a convocação extraordinária do Congresso. O PT, segundo Genoíno, não permitirá também a apreciação de nenhuma outra matéria através de voto de lideranças.

Na sessão de ontem à noite, Genoíno pediu a inclusão, na pauta, dos vetos presidenciais feitos aos projetos de conversão referentes à política salarial e à lei do inquilinato. O presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), disse que consultaria a Comissão de Constituição e Justiça sobre o assunto. Segundo Genoíno, o presidente Fernando Collor de Mello não poderia ter baixado as Medidas Provisórias 291 e 292 (que tratam dos assuntos), já que os vetos ainda estão em tramitação e podem ser derrubados.

Apesar de o líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro (RS), acreditar que ainda há espaço para o entendimento em torno da questão salarial, essa não é a opinião de outros líderes. "O entendimento deve ser buscado até a exaustão. Mas não creio nisso para a questão dos salários", afirmou o líder do PFL, deputado Ricardo Fiúza (PE). Ele lembra que a matéria está sendo debatida há qua-

se um ano. Portanto, se houver quórum, o parlamentar acha que a disputa se dará no voto. "E não sei se o governo tem maioria para aprovar a medida", opinou.

O vice-líder do PDT, deputado César Maia (RJ), também acredita que a Medida Provisória 292 será decidida no voto. Ele defende o mesmo procedimento para a Medida 291, referente à locação de imóveis urbanos. Genoíno disse que seu partido tentará derrubar a Medida 292. Já Ibsen Pinheiro afirmou que o

PMDB defenderá a necessidade da proteção salarial, com recomposição, em caso de perdas. O deputado Tidei de Lima (PMDB-SP) será novamente o relator da medida.

A medida que trata do imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) recebeu o apoio de Genoíno e César Maia. O líder do PFL, Ricardo Fiúza, quer fazer alterações no texto. Ele propõe uma emenda suspendendo o imposto para as empresas que tiverem projetos para execução a médio ou longo prazo.

Hoje à tarde, os líderes partidários se reúnem para discutir as medidas. Na sessão de ontem, elas foram lidas, mas as homenagens ao líder do PDT, deputado Doutel de Andrade (RJ), falecido também ontem (ver matéria abaixo), tomaram a maior parte da sessão, que reuniu cerca de 130 parlamentares. Nova reunião foi marcada para hoje (e para os demais dias da semana), às 13,30 horas. Se houver quórum para deliberação, os parlamentares acreditam que isso se dará na quarta-feira.